

# C

# Dados

# COMUNICA

Bimestral

**EUT**  
FENADADOS

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no RS  
Nº 3 - Maio e Junho de 2003

SINDPPD-RS

Foto: Arquivo SEEB/POA

## Não à reforma da previdência de Lula

As razões que estão levando o governo brasileiro a retirar direitos do trabalhador estão explícitas no documento "Política Econômica e Reformas Estruturais", levado pelo ministro Antônio Palocci Filho a encontros com o FMI e investidores em Washington e Nova York (EUA).

Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que está na Câmara dos Deputados e depois passará à Comissão de Constituição e Justiça, e se for aprovada em duas sessões de votação seguirá para o Senado, o Brasil adota a fórmula utilizada em outros países latino-americanos, e recomendada pelo FMI.

Os investidores internacionais buscam recursos num filão a ser criado. Estima-se que com a criação dos fundos de pensão, a partir do teto criado para os servidores públicos, sejam retirados dos cofres públicos cerca de R\$ 50 bilhões que serão canalizados para o sistema financeiro.

## Editorial

É com a intenção de alertar a categoria sobre o projeto de reforma previdenciária que o governo enviou no final de abril ao Congresso e que faz parte dos compromissos assumidos com o FMI, em troca de empréstimo de R\$ 30 bilhões feito ainda no final do governo FHC, que o Sindppd destaca os pontos desse projeto e mostra que a Seguridade Social é superavitária. O fato é que estão sendo retirados direitos históricos dos trabalhadores e isso tem causado profunda indignação, já que Lula foi eleito pelo povo na expectativa de ver suas lutas históricas atendidas. Conhecer os pontos e parâmetros da proposta que está taxando os que ganham menos e mantendo as altas aposentadorias é o primeiro passo para protestar e tentar reverter o texto que já está em mãos da Câmara dos Deputados.

Para prestar contas à categoria dos recursos da Entidade, dirigimos atenção especial às finanças do Sindicato mostrando como são arrecadados e como deverão ser empregados. A sede deverá ser ampliada, um auditório servirá às assembleias, reuniões, encontros e seminários e também há a intenção de ser construído um salão de festas para os associados.

Por fim com este jornal estamos estartando o processo de mobilização das campanhas salariais tanto do Serpro quanto da Dataprev. O acordo anterior foi prorrogado até a assinatura de um novo.

### VITÓRIA DA LUTA

## Governo pretende reintegrar anistiados

Desde o começo do atual governo, O Movimento Nacional dos Anistiados (MNA) compareceu a uma série de audiências com os novos membros da Casa Civil, para mostrar a situação dos 108 mil anistiados demitidos pelo governo Collor e exigir providências. No dia 9 de abril, cerca de 100 manifestantes entregaram ao presidente Lula uma Carta Aberta, onde pedem e justificam a reintegração aos cargos de origem para todos os anistiados.

No dia 25 de abril de 2003, a Casa Civil envia documento à Comissão Nacional dos Anistiados. O teor do texto explicita que "é objetivo do Governo dar efetividade às anistias concedidas com base na Lei 8.878/94". O Decreto 4.638, artigo 27, inciso I, de 21 de março, estabelece que "as competências para eventual reexame ou atos relativos à Lei de Anistia passam a ser na forma do Regimento Interno do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão".

No dia anterior, o governo Lula acenou com a disposição do Governo de cumprir a Lei de Anistia. O ofício elaborado pela Casa Civil referencia também, o reenquadramento dos anistiados nos planos

de cargos e salários conforme estejam organizados os demais servidores, bem como as promoções a que tem direito; contagem do tempo de serviço e regularização do pagamento adicional; apostilamento do tempo de serviço, considerando a data original de ingresso no serviço público federal. Tão logo haja adequação de interpretações, o processo de reintegração deve ser iniciado.

Documentos entregues aos assessores do ministro José Dirceu demonstram que num total de 108 mil demitidos pelo governo Collor; 57 mil pediram anistia; 30 mil foram anistiados pela Lei 8.878/94; e entre 10 a 12 mil foram reintegrados. Dos 30 mil anistiados, aproximadamente 1.500 eram funcionários do Serpro, Dataprev e Datamec.

As demissões ocorreram entre 1990 e 1992, quando o presidente Collor quis, a qualquer custo, reduzir custos do estado e optou por demitir milhares de funcionários públicos, privatizar e extinguir estatais.

Está prevista para maio, publicação dos atos normativos que regerão o processo de reintegração. (Com informações de Elton Skar-tazini)

### SERPRO E DATAPREV

## Trabalhadores preparam mobilização

O Serpro e a Dataprev acordaram com a Fenadados, no final de abril, a prorrogação dos atuais Acordos Coletivos de Trabalho. Nas duas empresas o Acordo será mantido até a assinatura dos novos instrumentos coletivos de trabalho. A segunda mesa de negociação com o SERPRO foi marcada para o início de maio. Até o fechamento desta edição, não havia sido marcada negociação com a Dataprev. Conforme a Plenária da Campanha definiu-se pela realização de assembleias em 15 de maio para avaliação do andamento da campanha salarial, com paralisação. É hora de preparar a mobilização para a campanha salarial e também a luta contra a Reforma da Previdência.

### PROBANK

## Empresa não cumpre Convenção Coletiva

A Probank, empresa que presta serviços terceirizados à Caixa Econômica Federal, continua não cumprindo a Convenção Coletiva de Trabalho, no que se refere aos pisos salariais. E ainda desconta indevidamente, do salário dos trabalhadores, diferenças de caixa (erros de depósito, cédulas falsas, etc).

Essas questões foram encaminhadas à Delegacia Regional do Trabalho – DRT/RS, em março de 2003 pelo Sindppd/RS, com o objetivo de tentar agilizar a solução das irregularidades.

No dia 28 de abril aconteceu a terceira audiência do caso. Quando a Probank se pronunciou sobre as denúncias, e não anexou os documentos comprobatórios necessários. Nova audiência foi marcada para o início de maio.

O Sindicato questiona ainda como a CEF continua pagando as faturas de serviço à Probank, mesmo ela estando pendente com os depósitos do FGTS dos trabalhadores.

**Ação Judicial do FGTS** - A ação judicial movida pelo Sindppd/RS para que o FGTS volte a ser depositado nas contas dos trabalhadores continua em andamento. Qualquer dúvida e maiores informações, procure o sindicato.

### SOFTWARE LIVRE

## IV Fórum Internacional acontece em junho

Autoridades em informática de todo o mundo estarão presentes no IV Fórum Internacional de Software Livre que acontece nos dias 5 a 7 de junho na PUC RS. Além das sessões internacionais, de debates, de casos, tutoriais e oficinas práticas, o evento contará com a 2ª Mostra de Soluções Livres e com o Seminário Internacional "Governos e Software Livre".

O Fórum reuniu na edição passada cerca de três mil participantes. Estão previstas as presenças de mais de 200 palestrantes.

A inscrição para o evento pode ser feita através do site [www.softwarelivre.org/forum2003](http://www.softwarelivre.org/forum2003).

# Para onde vai o dinheiro da previdência?

Mecanismos legais como a Desvinculação das Receitas da União são responsáveis pelo redirecionamento das três das maiores arrecadações do país, a COFINS, a CPMF e a CSLL, para o pagamento da dívida externa. Os tributos são geradores de receitas que ultrapassam os R\$ 80 bilhões e neste ano devem chegar a R\$ 100 bilhões.

Conforme a ANFIP, a Constituição de 1988 determina que as contribuições sociais, ou seja, COFINS (sobre o faturamento das empresas), a CSLL (lucro líquido) e provenientes de empregados e empregadores sobre a folha salarial devem se destinar exclusivamente para o fi-

nanciamento da Seguridade Social que no Brasil, congrega as ações de saúde, assistência e previdência social. No site do Diap ([www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)) podem ser acessadas mais informações sobre as diferenças entre o texto que está na Constituição e a Proposta de Emenda Constitucional da reforma da previdência.

## Seguridade é superavitária

A seguridade não inclui os benefícios propiciados a servidores públicos regidos por estatutos próprios. Considerando essa definição, o Brasil teria um superávit da seguridade, não fazendo sentido falar em déficit da previdência.

Os servidores públicos, sacrificados (como disse Lula) assim como Jesus Cristo, e que segundo a mídia são responsáveis por um rombo de R\$ 55 bilhões por ano; não receberam qualquer contribuição por parte do patrão assim como no setor privado. O que deveria ser direcionado para a previdência pública foi empregado na construção de Brasília, nas hidrelétricas e na Ponte Rio Niterói. Nem mesmo todo o patrimônio entregue ao capital especulativo internacional foi capaz de restituir o fundo dos servidores públicos que estão há oito anos sem aumento e dos privados que perderam 20% do poder aquisitivo nos últimos anos.

## Principais medidas e conseqüências

**Privatização** – Com a criação dos fundos complementares e definição do teto para os servidores públicos que passariam a perceber no máximo R\$ 2.400, a reforma passa a previdência para as mãos do capital especulativo. O teto que para o restante dos trabalhadores era de R\$ 1.561 passa para R\$ 2.400. Os servidores públicos hoje pagam 11% sobre a integralidade de seus salários, diferentemente do restante dos trabalhadores que pagam até 11% sobre um teto de R\$ 1.561.

**Fim da Paridade e da Integralidade** – Com a proposta, aposentados e pensionistas serão prejudicados. Além de não receberem qualquer tipo de reajuste, porque a proposta acabará com a paridade existente entre os aposentados e os da ativa, terão também que contribuir. Os que receberem o benefício superior a R\$ 1.058 deverão pagar com 11% do que é ganho. A integralidade dos benefícios também será alterada. Pela primeira vez na história do país, os inativos contarão com 70% do valor do salário do ativo, e não mais 100%. A regra vale apenas para os novos servidores, para os atuais não há alteração.

**Redutor** - Aqueles que quiserem se utilizar do direito de se aposentar antes dos 55, mulheres, e 60 anos, homens, 5% sobre o valor do benefício será descontado para cada ano de trabalho que falta para atingir a idade mínima – podendo chegar a 35%.

**Aumento da idade mínima** - A menor idade para a aposentadoria era de 48 anos para as mulheres e 53 anos para os homens, passa agora para 55 e 60 anos respectivamente.

**Criação de previdência complementar** - A idéia é autorizar a criação dos fundos de pensão para complementar as aposentadorias de futuros servidores. Os benefícios pagos pelo Estado estariam limitados ao teto do INSS. Com os fundos, estima-se que serão transferidos para o sistema financeiro de uma só vez, mais de R\$ 50 bilhões.

**Altas aposentadorias** – A fixação do teto provisório para os servidores de no máximo R\$ 17.170 não mexe no bolso da maioria das superaposentadorias. Das 518 existentes no país, somente 52 deverão sofrer alterações com a medida. Os detentores de altos salários como os juizes e militares terão mantidos seus privilégios.

**Manutenção da Reforma de FHC** – Em 1998 foi feita a primeira grande reforma na previdência que destruiu com importantes conquistas dos trabalhadores, foi instiuída a idade mínima, o fator previdenciário, o tempo de contribuição, acabando com o tempo de serviço e várias outras alterações que só trouxeram prejuízos. A expectativa do povo era de que estas medidas fossem revogadas com a eleição de Lula e não aprofundadas como está fazendo o atual governo.

## Receitas e Despesas da Seguridade Social no Brasil (R\$ Milhões)

Total das Receitas	136.879
Total das Despesas	105.413
Superávit	31.466

*A íntegra da tabela pode ser conferida na página 22 do documento “Seguridade e Desenvolvimento: Um projeto para o Brasil”, elaborado pela ANFIP. O texto pode ser acessado através do site [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)*

## A quebradeira dos fundos na América Latina

O modelo, pensado pelo FMI, está presente na América Latina desde o início dos anos 80. No Chile e Argentina, onde foram feitas tais “Reformas”, o custo para o Estado, a partir da instituição de fundos privados de aposentadoria e pensão, aumentou sobremaneira os gastos do governo, enquanto o valor das aposentadorias caiu drasticamente. Durante o período de capitalização, os fundos privados iam muito bem, mas quando chegou a hora de desembolsar os benefícios, a maioria faliu.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP) alerta em estudo específico sobre a Seguridade Social que a natureza das reformas, já executadas por FHC na previdência, no processo de abertura econômica adotado na América Latina, em geral vem diminuindo o emprego e por conseguinte a cobertura previdenciária. A ANFIP ressalta que um dos aspectos centrais da crise na Argentina foi a reforma previdenciária. “O resultado fiscal argentino passou de um superávit de US\$ 2,2 bilhões em 93 para um déficit de US\$ 6,9 bilhões em 2000. O déficit previdenciário corrente, no mesmo período, evoluiu cerca de US\$ 900 milhões para US\$ 6,7 bilhões”.

**FINANÇAS**

# Contribuições dos trabalhadores garantem a luta e benefícios à categoria

É através das contribuições dos sócios, do desconto assistencial e do imposto sindical que o Sindicato procura defender os direitos da categoria através das campanhas salariais e lutar pelos direitos dos trabalhadores.

O Sindicato oferece a rescisão de contratos evitando que o trabalhador seja lesado, além de assessoria jurídica, comunicação e estrutura.

Para que se possa conhecer mais sobre as finanças do Sindicato e complementar as informações mostradas na Assembléia de Prestação de Contas da Entidade, ocorrida em 9 de abril deste ano, expomos perguntas que podem ser úteis para o entendimento das finanças.

## Quem autoriza as despesas?

O Sindicato somente faz despesas depois que forem aprovadas pela diretoria da entidade, seja através de uma reunião formal (para despesas maiores) ou através de consulta às forças políticas que compõem a direção da entidade, com posterior formalização em reunião de diretoria. Isso é acompanhado pela diretoria de finanças, orientando sobre as verbas existentes e a sua disponibilidade. A maioria dos pagamentos são feitos através de cheque ou débito em conta corrente, necessitando sempre da assinatura de dois diretores da entidade para que tenham validade.

## Quem fiscaliza?

Num primeiro momento, são os próprios funcionários da tesouraria que cobram a aprovação formal da despesa para que os recursos sejam liberados. Num segundo momento, a contabilidade da Entidade é feita externamente, informando à diretoria e ao conselho fiscal a situação das contas. Num terceiro momento, o Conselho Fiscal recebe os documentos e, trimestralmente, analisa os balancetes e, uma vez por ano, emite seu parecer que é submetido à Assembléia Ordinária de prestação de contas.

## Quais os investimentos previstos?

Além destas despesas do dia-a-dia sindical, possuímos uma reserva em caixa para investir em melhorias na entidade. Hoje a direção está voltada a investir na estrutura da sede do Sindppd-RS que, atualmente, comporta somente as atividades administrativas. A direção quer que nos próximos anos se disponibilizem áreas para que os associados e a categoria possam utilizar para cursos de aperfeiçoamento profissional, sindical, cultural e lazer. Estamos, hoje, na fase da confecção de um projeto para reforma da entidade, que acrescenta um auditório com capacidade para 100 pessoas, novos banhei-



Sede do Sindppd na rua Afonso Penna

ros e salas. Nosso planejamento é fazer a reforma em etapas, a medida que existirem recursos, podendo levar 3 ou 4 anos para a sua total conclusão.

## Quanto o SINDICATO arrecada?

A arrecadação do SINDPPD-RS provém de 3 fontes:

1. A mensalidade dos associados. São 834 associados contribuintes, assim distribuídos:  
Número de Sócios Arrecadação Mensal  
SERPRO - 388 - 4.460,00  
PROCERGS-269 - 5.480,00  
PROCEMPA- 114 - 4.312,00  
DATAPREV - 40 - 578,00  
DATAMEC - 18 - 490,00  
Outros - 6 - 50,00  
TOTAL - 834 - 15.370,00

O Valor anual arrecadado é aproximadamente R\$ 184.448,00.

## 2. Desconto Assistencial

É o desconto efetuado com o fechamento da data-base. Cada ano este valor é diferente, pois depende do fechamento de acordos e convenções coletivas. Em 2002 houve desconto assistencial nos seguintes segmentos e valores:

PARTICULARES	89.613,00
PROCERGS	8.187,00
PROCEMPA	6.740,00

Em 2001 o valor total arrecadado foi de R\$ 104.540,00

3. Imposto Sindical - Este é o valor que é descontado em todo o mês de março, de todo trabalhador, do qual o SINDPPD-RS **recebe 60% do valor arrecadado**. Para os sócios em dia com suas contribuições e que realizaram o desconto assistencial do referido ano, este valor é devolvido.

PARTICULARES	109.161,00
PROCERGS	32.788,00
PROCEMPA	18.861,00
SERPRO	13.922,00
DATAPREV	2.456,00
DATAMEC	1.303,00

Em 2002 o valor total arrecadado foi de R\$178.500,00

## Quanto o SINDICATO gasta?

O gasto anual foi de R\$ 390.400,00, dos quais: R\$ 218.130,00 - 55,88% em Folha de Pagamento

R\$ 56.880,00 - 14,57% em Despesas Administrativas

R\$ 41.110,00 - 10,53% em Assessorias (Contábil, Jurídica, Saúde, Informática e Imprensa)

R\$ 24.032,00 - 6,16% em Contribuições e Mensalidades (Fenadados, CUT, Dieese)

R\$ 22.846,00 - 5,85% em Viagens e Campanhas

R\$ 12.440,00 - 3,19% em Editais e Publicidade  
R\$ 3.060,00 - 0,78% outras despesas

## Expediente

O Comunica Dados é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do Rio Grande do Sul. Coordenadoria Administrativa, Patrimônio e Lazer: César Broniczak, Ormar Rosa, Raimundo Nonato de Oliveira. Coordenadoria Secretaria Geral: Vera Guasso, Mara Gasparini da Silva e Renato da Costa. Coordenadoria de Terceirizados, Particulares e Homologações: Antônio Campos, Paulo Lima e Luís Sá. Coordenadoria de Formação Sindical: Teresinha Vianna, Magda Menezes e Hilda Doba. Coordenadoria de Formação Profissional: Irma Macolmes e Luiz Becker. Coordenadoria de Divulgação e Imprensa: Cícero Vargas, Idésio Macagnan e Cid Soares. Coordenadoria de Informática: Jorge de Oliveira, Celso Silva e Deobrandino Borges. Coordenadoria de Saúde: Ida Rios, Tânia Pinheiro e Ismael de Oliveira. Coordenadoria de Finanças: Martha Arnold, Paulo Colares e Claudete dos Santos. Jornalista Responsável: Carolina Spillari Coronel. RP: 10567 (DRT-RS). Endereço: rua Afonso Pena, 251 - Bairro Azenha. Cep: 90.160.020. Fone: 3217 3100. Site: [www.sindppd-rs.org.br](http://www.sindppd-rs.org.br) E-mail: [sindppd@portoweb.com.br](mailto:sindppd@portoweb.com.br) Tiragem: 1500 exemplares. Impressão: VT Propaganda.